

Rua Elza da Silva Duarte, n°48, loja 1A - Bairro Manejo Resende/RJ - CEP 27520-005

Tel: (24) 3355-8389

ATO CONVOCATÓRIO № 04/2022

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviço de

Auditoria Externa Independente para o Exercício de 2022

Referência: Coleta de Preços - Tipo 2 - Resolução INEA nº 160/2018, Coleta de

Preços – Menor Preço – Resolução ANA nº 122/2019, Coleta de Preços

- Portaria IGAM nº 60/2019

DATA: 24 de junho de 2022

HORÁRIO: 10h

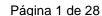
LOCAL: Sede da AGEVAP

Rua Elza da Silva Duarte, 48 (loja 1A), Manejo, Resende, RJ

E-mail: agevap@agevap.org.br











Rua Elza da Silva Duarte, n°48, loja 1A - Bairro Manejo Resende/RJ - CEP 27520-005

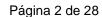
Tel: (24) 3355-8389

Sumário

| 1. | PREÂMBULO3 | 3 |
|-----|--------------------------------------|-------------|
| 2. | OBJETO | 3 |
| 3. | DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO | 3 |
| 4. | DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO | 5 |
| 5. | DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO7 | 7 |
| 6. | DA PROPOSTA DO PREÇO12 | <u>></u> |
| 7. | DO PROCEDIMENTO15 | 5 |
| 8. | GARANTIAS20 |) |
| 9. | DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO21 | l |
| 10. | DO RECURSO22 | <u>></u> |
| 11. | DOS RECURSOS FINANCEIROS22 | 2 |
| 12. | DO PAGAMENTO23 | 3 |
| 13. | DAS SANÇÕES24 | ļ |
| 14. | DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS26 | > |
| 15. | RELAÇÃO DE ANEXOS28 | 3 |

Ato Convocatório Elaborado por: Horácio Rezende Alves.









Rua Elza da Silva Duarte, n°48, loja 1A - Bairro Manejo Resende/RJ - CEP 27520-005

Tel: (24) 3355-8389

1. PREÂMBULO

1.1.A Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP torna público para conhecimento dos interessados que, na data, horário e local, acima indicados irá realizar Seleção de Propostas na modalidade Coleta de Preços, de acordo com as disposições contidas na Resolução INEA nº 160/2018, Resolução ANA nº 122/2019, Portaria IGAM nº 60/2019, Norma Interna n.º 166/2013/AGEVAP e, quando couber, a Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores. O critério de seleção será o de menor preço, conforme descrito neste Ato Convocatório e seus Anexos.

2. OBJETO

2.1.A presente SELEÇÃO DE PROPOSTAS tem por objeto a contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviço de Auditoria Externa Independente para o Exercício de 2022, conforme TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I deste Ato Convocatório.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão participar desta SELEÇÃO DE PROPOSTAS qualquer pessoa jurídica interessada que atenda às exigências constantes deste Ato Convocatório e seus anexos.
- 3.2. A aquisição deste Ato Convocatório não terá custo e poderá ser acessado através do site da AGEVAP: www.agevap.org.br ou ainda ser retirado diretamente na sede da AGEVAP, localizada na Rua Elza da Silva Duarte, 48 (loja 1A), Manejo, Resende, RJ.

Ato Convocatório Elaborado por: Horácio Rezende Alves. Revisão 00 - CSG DO-000000

Página 3 de 28





Rua Elza da Silva Duarte, n°48, loja 1A - Bairro Manejo Resende/RJ - CEP 27520-005

Tel: (24) 3355-8389

3.3. Não será admitida a participação de pessoas jurídicas que:

3.3.1. Concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores,

em dissolução ou em liquidação;

3.3.2. Empresa, cujo dirigente, sócio ou gerente, seja representante ou parte

integrante dos comitês de bacias, de suas câmaras técnicas ou de outras

organizações não governamentais, ou que mantenham vínculo

empregatício, bem como grau de parentesco até terceiro grau com

diretores e funcionários das agências;

3.3.3. Empresa declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública

direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, ou

que tenha sofrido a penalidade de suspensão do direito de licitar ou

contratar no âmbito da Administração Pública Federal;

3.3.4. Tenham em seu quadro de prestadores de serviços, permanentes ou

eventuais, profissionais que tenham participado, direta ou indiretamente,

de grupos de trabalho, câmara técnicas, ou por qualquer outra forma, de

discussões ou deliberações referentes ao projeto básico, critérios de

habilitação, pontuação técnica ou hierarquização deste ato convocatório;

3.3.5. Associados ou parentes de qualquer funcionário da AGEVAP, que

prestem ou componham qualquer equipe técnica que esteja prestando

serviços diretos ou indiretos à AGEVAP

Ato Convocatório
Elaborado por: Horácio Rezende Alves.

Revisão 00 - CSG DO-000000

Página 4 de 28





Rua Elza da Silva Duarte, n°48, loja 1A - Bairro Manejo Resende/RJ - CEP 27520-005

Tel: (24) 3355-8389

3.3.6. Interessados que, de alguma forma, possuam vínculo ou relação de

trabalho com a AGEVAP, que possa comprometer a lisura da disputa,

principalmente no que tange ao acesso às informações privilegiadas.

3.4. A Comissão de Julgamento:

3.4.1. Terá a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e

procedimentos relativos ao processo seletivo, sem formada por no

mínimo, 03 (três) membros, sendo pelo menos 02 (dois) deles

funcionários da Agência

3.4.2. Poderá ser assessorada técnica e juridicamente, cabendo aos assessores

emitir pareceres quando solicitados por esta.

4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1. Qualquer manifestação, durante as sessões, em relação ao presente Ato

Convocatório fica condicionada à apresentação de documento de

identificação, instrumento público ou particular de procuração, com firma

reconhecida, conforme ANEXO VI deste Ato Convocatório ou cópia do

contrato social, em se tratando de sócio, dirigente ou proprietário da empresa.

4.1.1. O documento do subitem 3.1 deverá ser apresentado ao Presidente da

Comissão de Julgamento para credenciamento, no momento da abertura

do Ato Convocatório.

4.2. A não apresentação ou a incorreção dos documentos de que trata o subitem

impedirá o representante da pessoa jurídica de se manifestar e responder por

Ato Convocatório
Elaborado por: Horácio Rezende Alves.

Revisão 00 - CSG DO-000000

Página 5 de 28



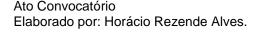


Rua Elza da Silva Duarte, n°48, loja 1A - Bairro Manejo Resende/RJ - CEP 27520-005

Tel: (24) 3355-8389

ela, inclusive quanto a eventuais recursos e, neste caso, a sua participação será aceita somente na condição de ouvinte.

- 4.3. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma pessoa jurídica.
- 4.4. As manifestações de cada pessoa jurídica em todos os procedimentos se darão através de somente 01 (um) representante. Outros representantes, porventura presentes, se manifestarão através deste, previamente credenciado pelo Presidente da Comissão de Julgamento.
- 4.5. Entrega e apresentação das propostas
 - 4.5.1. Os documentos e propostas, de cada participante, serão entregues na AGEVAP, em três envelopes lacrados, "1" e "2", por representante legal ou credenciado do interessado munido de instrumento de credenciamento em data, hora e local, estabelecidos neste Ato Convocatório.
 - 4.5.2. O envelope "1" conterá a Documentação;
 - 4.5.3. O envelope "2" conterá a Proposta de Preço;
 - 4.5.4. Após a entrega dos envelopes, a Comissão de Julgamento não aceitará, em nenhuma hipótese, a substituição ou anexação de qualquer novo documento por parte dos Participantes, tão pouco a retirada dos mesmos.



Revisão 00 - CSG DO-000000

Página 6 de 28





Rua Elza da Silva Duarte, n°48, loja 1A - Bairro Manejo Resende/RJ - CEP 27520-005

Tel: (24) 3355-8389

4.5.5. Será admitida a entrega das propostas por mero portador ou

correspondência desde que protocolados no local designado para

abertura até o horário determinado para o início.

5. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

5.1.Os documentos necessários à habilitação, exigidos para participar deste Ato

Convocatório, deverão ser colocados no envelope nº 1. Estes deverão ser

lacrados e apresentar a seguinte identificação: ENVELOPE № 1 –

DOCUMENTAÇÃO, além de possuir a identificação e CNPJ da empresa

participante.

5.1.1. Os documentos deverão ser apresentados em original, ou por processo

de cópia autenticada por cartório competente, ou ainda publicação em

órgão da Imprensa Oficial, sob pena de inabilitação.

5.1.2. As certidões disponibilizadas através da internet serão consideradas

como documento original, sempre observando o prazo de vigência das

mesmas.

5.2. Os documentos de Habilitação, exigidos neste Ato Convocatório, deverão ser

entregues separadamente das propostas de preço, sob pena de

desclassificação.

5.3. Habilitação jurídica:

5.3.1. Cédula de identidade do responsável legal do proponente;

Ato Convocatório Elaborado por: Horácio Rezende Alves. Revisão 00 - CSG DO-000000

Página 7 de 28





Rua Elza da Silva Duarte, n°48, loja 1A - Bairro Manejo Resende/RJ - CEP 27520-005

Tel: (24) 3355-8389

5.3.2. Registro comercial, no caso de empresa individual;

5.3.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente

registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de

sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus

administradores, devendo estar acompanhados de todas as alterações ou

da consolidação vigente.

5.3.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de associações civis, acompanhada

de indicação do(s) representante(s) legal(is) em exercício;

5.3.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade

estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização

para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade

assim o exigir.

5.4. Regularidade fiscal:

5.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

5.4.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual,

relativo ao domicílio ou sede do concorrente, pertinente ao seu ramo de

atividade e compatível com o objeto contratual.

5.4.3. Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal

do domicilio ou sede do concorrente.

Ato Convocatório Elaborado por: Horácio Rezende Alves. Revisão 00 - CSG DO-000000

Página 8 de 28





Rua Elza da Silva Duarte, n°48, loja 1A - Bairro Manejo Resende/RJ - CEP 27520-005

Tel: (24) 3355-8389

5.4.4. As licitantes que tiverem sua sede em cidades que emitem a Certidão de Regularidade para com o Município em documentos distintos, relativos a Tributos Mobiliários e Imobiliários devem apresentar todas as Certidões necessárias para a ampla comprovação de sua Regularidade. O fato da empresa não possuir imóvel, não dispensa a apresentação de Certidão de regularidade imobiliária e/ou comprovante de inexistência de imóveis

- 5.4.5. Prova de Regularidade relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 5.4.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou positiva com efeitos de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943.
- 5.5. Qualificação econômico-financeira

cadastrados.

- 5.5.1. Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da comarca da sede da participante.
- 5.6. Capital social mínimo ou patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

Ato Convocatório Elaborado por: Horácio Rezende Alves. Revisão 00 - CSG DO-000000

Página 9 de 28





Rua Elza da Silva Duarte, n°48, loja 1A - Bairro Manejo Resende/RJ - CEP 27520-005

Tel: (24) 3355-8389

5.7. Qualificação Técnica

5.7.1. A empresa deverá apresentar 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica (ACT) devidamente autenticado por cartório competente, expedido por órgão ou entidade da administração pública federal, estadual ou municipal, ou por empresa particular com firma reconhecida, comprovando a execução de serviços compatível com o objeto do presente Ato Convocatório.

5.8. As participantes deverão apresentar, ainda:

- 5.8.1. Declaração de não possuir em seu quadro de pessoal, menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer tipo de trabalho, nos termos do Decreto Federal nº 4.358, de 05 de setembro de 2002 ANEXO II;
- 5.8.2. Declaração de inexistência de fato impeditivo de sua habilitação, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador da participante, devidamente identificado e habilitado, nos termos do ANEXO III.
- 5.8.3. Declaração de que não está inscrito no CAFIMP, devidamente assinada e rubricada pelo representante legal da pessoa jurídica
- 5.9. Serão consideradas inabilitadas as participantes que deixarem de apresentar qualquer um dos documentos exigidos neste Ato Convocatório ou os apresentarem com prazo de vigência vencido.

Ato Convocatório Elaborado por: Horácio Rezende Alves.

Revisão 00 - CSG DO-000000

Página 10 de 28



AGEVAP AGÊNCIA DE BACIA

Rua Elza da Silva Duarte, n°48, loja 1A - Bairro Manejo Resende/RJ - CEP 27520-005

Tel: (24) 3355-8389

5.9.1. As declarações acima citadas deverão ser apresentadas separadamente na forma de cada anexo indicado e o não atendimento implicará na inabilitação da proponente.

5.9.2. Os documentos exigidos neste Ato Convocatório deverão ser entregues obrigatoriamente em envelope lacrado, e com observância de numeração sequencial nele adotada, a fim de permitir maior rapidez durante a conferência e exame por parte da Comissão de Julgamento, contendo na parte externa as indicações:

> ENVELOPE Nº. 01 (Identificação da participante, CNPJ) Ato Convocatório Nº. 04/2022 DOCUMENTAÇÃO

5.10. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

5.10.1. Em nome da empresa participante com número do CNPJ e endereço respectivo. No caso de consorcio deverá ser apresentada a documentação de todas as consorciadas;

- 5.10.2. Se a participante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, ou se for a filial, em nome da mesma. Poderão ser apresentados pela filial, em nome da matriz, aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, só puderem ser emitidos em nome desta;
- 5.10.3. Os documentos devem estar datados até 90 (noventa) dias que antecedem a data de entrega do envelope "Documentação", no caso de

Ato Convocatório Elaborado por: Horácio Rezende Alves. Revisão 00 - CSG DO-000000

Página 11 de 28





Rua Elza da Silva Duarte, n°48, loja 1A - Bairro Manejo Resende/RJ - CEP 27520-005

Tel: (24) 3355-8389

não existir prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor competente;

5.10.4. Não se enquadram no prazo de que trata o subitem anterior os documentos que, pela própria natureza, não apresentem exigência legal de prazo de validade.

6. DA PROPOSTA DO PREÇO

6.1.A proposta do preço deverá ser entregue em envelope lacrado, com as seguintes indicações na parte externa:

ENVELOPE Nº. 02 (Identificação da participante, CNPJ) Ato Convocatório Nº. 04/2022 PROPOSTA PREÇO

- 6.2.As propostas deverão ser apresentadas, obrigatoriamente, rubricadas em todas as suas folhas e assinadas por um titular ou representante legal, sem rasuras, emendas, ressalvas ou entrelinhas, e ainda:
 - 6.2.1. Fazer menção ao número deste Ato Convocatório nº. 04/2022, conter a razão social, CNPJ/MF, endereço completo, telefone, fax, e-mail (se houver), bem como banco, agência e número da conta bancária para efeito de pagamento;
 - 6.2.2. O CNPJ da proposta deverá ser o mesmo indicado nos documentos de habilitação;

Ato Convocatório Elaborado por: Horácio Rezende Alves. Revisão 00 - CSG DO-000000

Página 12 de 28





Rua Elza da Silva Duarte, n°48, loja 1A - Bairro Manejo Resende/RJ - CEP 27520-005

Tel: (24) 3355-8389

6.2.3. A falta de data e/ou rubrica da proposta poderá ser suprida pelo

representante legal presente à reunião, com poderes para esse fim;

6.2.4. Descrição clara e precisa do objeto deste Ato Convocatório, de acordo

com os serviços requeridos pela AGEVAP, cuja proposta de preços

deverá ser formulada com base no modelo de PROPOSTA DE PREÇOS

ANEXO IV.

6.2.5. Conter valor global, expresso em moeda corrente nacional (R\$), de

acordo com os preços praticados no mercado;

6.2.6. O valor global deverá ser expresso em algarismos e por extenso;

6.2.7. O valor global deverá ser formulado levando-se em consideração o prazo

contratual;

6.2.8. No caso de divergência entre os valores expressos por extenso e por

algarismo, prevalecerá o indicado por extenso.

6.2.9. O valor global máximo permitido para a contratação é de R\$ 94.046,67

noventa e quatro mil, quarenta e seis reais e sessenta e sete centavos).

6.2.10. O valor acima expresso representa o valor máximo que a AGEVAP

pagará por esta Coleta de Preços.

6.2.11. Serão desclassificadas as propostas de preços com valores acima

do estimado;

Ato Convocatório

Revisão 00 - CSG DO-000000

Elaborado por: Horácio Rezende Alves.

Página 13 de 28



Rua Elza da Silva Duarte, n°48, loja 1A - Bairro Manejo Resende/RJ - CEP 27520-005

Tel: (24) 3355-8389

6.2.12. A proposta de preço deverá ter prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias, a contar da data da realização deste Ato Convocatório;

- 6.2.13. Caso o referido prazo não esteja expressamente indicado na proposta, será considerado o prazo de validade de 60 (sessenta) dias para efeito de julgamento, e caso esteja expresso prazo de validade inferior ao estipulado, a proposta será desclassificada;
- 6.2.14. Declaração expressa de ciência e concordância com todos os termos e especificações constantes deste Ato Convocatório Nº. 04/2022, sob pena de desclassificação, conforme constante no ANEXO V;
- 6.2.15. Deverão estar incluídos no preço todos os impostos, despesas com mão de obra, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, seguros e outras despesas que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços objeto deste Ato Convocatório;
- 6.2.16. O valor da proposta é fixo e irreajustável.
- 6.3.A proposta de preços apresentada e levada em conta para efeito de julgamento será de exclusiva e total responsabilidade da Participante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, exceto aquelas previstas neste Ato Convocatório ou que sejam irrelevantes para efeito de julgamento.
- 6.4. A participante deverá apresentar proposta firme e precisa, sem alternativas de valores ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

Ato Convocatório Elaborado por: Horácio Rezende Alves.

Revisão 00 - CSG DO-000000

Página 14 de 28





Rua Elza da Silva Duarte, n°48, loja 1A - Bairro Manejo Resende/RJ - CEP 27520-005

Tel: (24) 3355-8389

6.5. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Ato Convocatório e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem

irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

6.6. Não se considerará oferta ou vantagem não prevista neste Ato Convocatório.

7. DO PROCEDIMENTO

7.1. A abertura da presente Seleção de Propostas dar-se-á no dia, hora e local

indicados no preâmbulo do presente Ato Convocatório, e os trabalhos

obedecerão à ordem dos procedimentos que se segue:

7.1.1. Credenciamento do representante da Participante através da carta de

credenciamento ou contrato social no caso de sócio administrador, e

mediante apresentação do respectivo documento pessoal de

identificação.

7.1.2. Recolhimento dos envelopes de DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTA DE

PREÇO, e, encerrando-se o prazo para recebimento, não mais se

admitindo nenhum outro.

7.1.3. Os Envelopes "1" e "2" serão entregues fechados à Comissão de

Julgamento, pelo representante legal ou credenciado da participante, em

sessão pública, no local, dia e hora estabelecidos neste Ato Convocatório.

7.1.4. A Comissão de Julgamento e todos os representantes presentes, legais

ou credenciados, das participantes, rubricarão os envelopes "1" e "2",

procedendo-se, em seguida, à abertura do envelope "1" e sua análise.

Ato Convocatório Elaborado por: Horácio Rezende Alves. Revisão 00 - CSG DO-000000

Página 15 de 28





Rua Elza da Silva Duarte, n°48, loja 1A - Bairro Manejo Resende/RJ - CEP 27520-005

Tel: (24) 3355-8389

7.1.5. Abertura dos envelopes contendo as habilitações.

7.1.6. Todos os credenciados poderão examinar as documentações de

habilitação das demais participantes, na sessão de abertura dos

envelopes "1".

7.1.7. A habilitação far-se-á com a verificação de que os concorrentes atendem

às exigências do ato convocatório.

7.1.8. Verificado o atendimento das exigências fixadas no ato convocatório,

serão informadas as empresas declaradas habilitadas e inabilitadas;

7.1.9. Caso todos os representantes legais dos concorrentes estejam presentes

à reunião e declarem expressamente que não têm a intenção de recorrer

do procedimento, hipótese que necessariamente deverá constar da

respectiva ata, assinada por todos os concorrentes e pelos responsáveis

pela seleção de propostas, a sessão prosseguirá com abertura dos

envelopes que contenham as propostas técnicas.

7.1.10. Não ocorrendo a hipótese descrita no passo anterior, elabora-se a

ata respectiva, na qual devem estar registrados os nomes dos

concorrentes que encaminharam os envelopes, habilitados ou não, o

resultado da habilitação e os motivos que fundamentaram a decisão, além

de outros atos ocorridos durante a sessão e considerados pertinentes

pelos responsáveis pela seleção de propostas. A divulgação do resultado

de habilitação realizada com a comunicação direta a todos os

concorrentes, através da publicação no site da AGEVAP.

Ato Convocatório Elaborado por: Horácio Rezende Alves. Revisão 00 - CSG DO-000000

Página 16 de 28





Rua Elza da Silva Duarte, n°48, loja 1A - Bairro Manejo Resende/RJ - CEP 27520-005

Tel: (24) 3355-8389

7.1.11. Será aguardado o transcurso do prazo de 3 (três) dias úteis para interposição de recurso, e se interposto, o recurso será disponibilizado no site da AGEVAP, sendo que aos demais concorrentes poderão impugnálo no prazo de 3 (três) dias úteis;

7.1.12. Decidido sobre as contestações ou recursos referentes à habilitação das participantes, far-se-á a abertura das propostas preços das licitantes remanescentes declaradas habilitadas.

7.1.13. A análise e julgamento das propostas de preço de acordo com as exigências estabelecidas neste ato convocatório;

7.1.14. Os responsáveis pela seleção de propostas poderão interromper a reunião para analisar as propostas e/ou proceder a diligências ou consultas, se necessário.

7.1.15. Serão realizadas a a avaliação das propostas de preços, de acordo regras estabelecidas no Ato Convocatório.

7.1.16. Concluídas as fases de avaliação das propostas de preço, os concorrentes serão classificados em ordem crescente, sendo considerado vencedor o concorrente que obtiver menor preço.

7.1.17. Divulgação do resultado de julgamento da seleção de propostas por comunicação a todos os concorrentes através do site da AGEVAP.

7.1.18. Será aguardado o transcurso do prazo de 3 (três) dias úteis para interposição de recurso, e se interposto, o recurso será disponibilizado no

Ato Convocatório Elaborado por: Horácio Rezende Alves. Revisão 00 - CSG DO-000000

Página 17 de 28





Rua Elza da Silva Duarte, n°48, loja 1A - Bairro Manejo Resende/RJ - CEP 27520-005

Tel: (24) 3355-8389

site da AGEVAP, sendo que aos demais concorrentes poderão impugnálo no prazo de 3 (três) dias úteis.

- 7.1.19. Quando todas as propostas forem desclassificadas ou inabilitadas, poderá ser fixado o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação de novas propostas com eliminação das causas apontadas no ato de desclassificação, sendo que se ocorrer a desclassificação de todas as propostas, as encaminhadas posteriormente, devidamente corrigidas, poderão ser apresentadas inclusive com novos preços.
- 7.1.20. Decidido sobre as contestações ou recursos referentes ao resultado da seleção de propostas o processor será encaminhado para deliberação da autoridade competente quanto à homologação do procedimento licitatório e adjudicação do objeto ao concorrente vencedor;
- 7.2.A Comissão de Julgamento, por seu exclusivo critério, poderá a qualquer momento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo de seleção, inclusive solicitando a exibição dos respectivos originais para conferência com as cópias autenticadas entregues. Para tal, fixará o prazo improrrogável de até 72 (setenta e duas) horas, sendo vedada apresentação posterior de documentos ou informação que deveriam constar originariamente da proposta. O não atendimento ao aqui estabelecido implicará na inabilitação da Participante;
- 7.3. A comissão poderá, em qualquer fase deste Ato Convocatório, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos, e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhe validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

Ato Convocatório Elaborado por: Horácio Rezende Alves. Revisão 00 - CSG DO-000000

Página 18 de 28





Rua Elza da Silva Duarte, n°48, loja 1A - Bairro Manejo Resende/RJ - CEP 27520-005

Tel: (24) 3355-8389

7.4. No caso de promoção de diligência, a adjudicação somente ocorrerá após a conclusão da mesma.

7.5. Os atos administrativos que dizem respeito a esta Seleção de Propostas serão

sempre interpretados visando a assegurar o aproveitamento deste Ato

Convocatório, devendo ser anulados somente aqueles que não sejam

passíveis de saneamento, à luz da Lei Federal n.º 8.666/93, do Estatuto e

Regimento Interno da AGEVAP, e da Resolução INEA nº 160/2018,

Resolução ANA nº 122/2019, Portaria IGAM nº 60/2019 ou a que vierem

substituí-las, aproveitando-se todos os demais atos, prosseguindo-se com o

processo até o seu termo final.

7.6. A sessão pública para a abertura dos envelopes será processada em 2 (duas)

fases:

7.6.1. Primeira Fase: Inicialmente será realizado o credenciamento dos

representantes das Participantes, através do documento indicado no item

3.1 e seguintes deste Ato Convocatório, e ainda, mediante apresentação

do respectivo documento pessoal de identificação. Em seguida será

realizada a abertura do Envelope nº 01 - DOCUMENTOS DE

HABILITAÇÃO que ocorrerá na mesma data de entrega dos demais

envelopes.

7.6.2. **Segunda Fase**: ABERTURA e JULGAMENTO do Envelope nº 02

PROPOSTA DE PREÇOS, que ocorrerá no mesmo dia se for possível

concluir habilitação das licitantes e obter de todas as participantes a

desistência de utilização do prazo recursal. Caso alguma licitante

manifeste interesse em interpor recurso, nova sessão será marcada para

a abertura do Envelope nº 02 - PROPOSTA DE PREÇOS.

Ato Convocatório Elaborado por: Horácio Rezende Alves. Revisão 00 - CSG DO-000000

Página 19 de 28





Rua Elza da Silva Duarte, n°48, loja 1A - Bairro Manejo Resende/RJ - CEP 27520-005

Tel: (24) 3355-8389

7.6.3. Os envelopes contendo a PROPOSTA DE PREÇOS (Envelope nº 02)

serão mantidos fechados e rubricados pelos representantes das

proponentes presentes e pelos membros da Comissão Julgamento da

AGEVAP, até o início da segunda fase.

7.7. Serão inabilitadas as licitantes com documentação incompleta, que

apresentarem incorreções, que não atenderem ou contrariarem qualquer

dispositivo deste Ato Convocatório.

7.8. Serão desclassificadas as propostas que:

7.8.1. Não atendam às exigências deste Ato Convocatório;

7.8.2. Apresentem preços inexeguíveis, assim considerados aquelas que não

venham a ter demonstrado sua viabilidade por meio de documentação

que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de

mercado e compatíveis com a execução do objeto. Havendo dúvida sobre

a exequibilidade de uma ou mais propostas, fixará a Comissão prazo não

inferior a 72 (setenta e duas) horas para que o participante comprove a

viabilidade de seus preços, solicitando-lhe a composição dos preços;

7.8.3. Apresentem preços simbólicos ou irrisórios que se revelem incompatíveis

com os encargos decorrentes.

8. GARANTIAS

8.1. Não será exigida garantia da proposta ou garantia contratual.

Ato Convocatório
Elaborado por: Horácio Rezende Alves.

Revisão 00 - CSG DO-000000

Página 20 de 28





Rua Elza da Silva Duarte, n°48, loja 1A - Bairro Manejo Resende/RJ - CEP 27520-005

Tel: (24) 3355-8389

9. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

9.1. Qualquer interessado poderá solicitar esclarecimentos, providências ou, se julgar necessário, impugnar este Ato Convocatório até 05 (cinco) dias úteis antes da data do recebimento dos envelopes, sob pena de preclusão de toda matéria nele constante.

9.2.O pedido de impugnação deverá ser apresentado, por escrito, ao presidente da Comissão de Julgamento, cabendo-lhe decidir sobre o mérito da impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis após o recebimento da impugnação.

9.3.A Comissão de Julgamento poderá acolher o mérito da impugnação, ou se com ela não concordar, encaminhar o processo, devidamente instruído, ao Diretor-Presidente da AGEVAP, para julgamento e decisão, respeitado o prazo de 3 (três) dias úteis

9.4. Acolhido o mérito da impugnação, as falhas apontadas serão corrigidas, designando-se nova data para o recebimento e abertura das propostas e documentação.

9.5. Toda e qualquer modificação neste Ato Convocatório exigirá divulgação no site da AGEVAP da mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando justificada e, inquestionavelmente a alteração não afetar a formulação das propostas, que deverá ser comunicada a todos igualmente, através de divulgação no site da AGEVAP.

Ato Convocatório Elaborado por: Horácio Rezende Alves. Revisão 00 - CSG DO-000000

Página 21 de 28





Rua Elza da Silva Duarte, n°48, loja 1A - Bairro Manejo Resende/RJ - CEP 27520-005

Tel: (24) 3355-8389

Aviso de Recebimento), sendo certo que a mesma somente será aceita se estiver em conformidade com o seguinte procedimento: Postagem da documentação nos correios dentro do prazo limite conforme estabelecido por este edital e, obrigatoriamente, envio de cópia da documentação via correio

9.6. A impugnação deve ser encaminhada à Sede da AGEVAP por correios (com

eletrônico constante no preambulo do edital, no formato PDF, acompanhada

do comprovante de postagem nos correios, até às 17h30min (horário de

Brasília) da data limite do prazo conforme estabelecido por este edital;

10.DO RECURSO

10.1. Declarada o resultado da habilitação ou e da análise dos preços, qualquer

participante poderá recorrer, conforme o constante no capitulo do

procedimento.

10.2. A documentação referente à interposição de recursos, bem como

apresentação de razões e de contrarrazões, deve ser encaminhada à Sede

da AGEVAP por correios (com Aviso de Recebimento), sendo certo que a

mesma somente será aceita se estiver em conformidade com o seguinte

procedimento: Postagem da documentação nos correios dentro do prazo

limite conforme estabelecido por este edital e, obrigatoriamente, envio de

cópia da documentação via correio eletrônico constante no preambulo do

edital, no formato PDF, acompanhada do comprovante de postagem nos

correios, até às 17h30min (horário de Brasília) da data limite do prazo

conforme estabelecido por este edita

11.DOS RECURSOS FINANCEIROS

Ato Convocatório Elaborado por: Horácio Rezende Alves. Revisão 00 - CSG DO-000000

Página 22 de 28





Rua Elza da Silva Duarte, n°48, loja 1A - Bairro Manejo Resende/RJ - CEP 27520-005

Tel: (24) 3355-8389

11.1. Os recursos financeiros para pagamento dos encargos decorrentes desta seleção serão provenientes do CG ANA 027/2020 4.2.2 Serviços administrativos para o funcionamento da entidade delegatária; TA TRANSPOSIÇÃO 4.2.2 Serviços administrativos para o funcionamento da entidade delegatária; CG INEA 001/2010 1.2.1 Serviços administrativos para o funcionamento da entidade delegatária; CG INEA 003/2010 1.2.1 Serviços administrativos para o funcionamento da entidade delegatária; CG INEA 002/2017 1.2.1 Serviços administrativos para o funcionamento da entidade delegatária; CG IGAM 001/2019 B8 - Pessoa Jurídica; 002/2019 CG **IGAM** B8 Pessoa Jurídica: CG ANA Nº 034/2020 - Serviços Administrativos - Auditoria Independente CG IGAM Nº 01/2020- Serviços Administrativos - Auditoria Independent

12. DO PAGAMENTO

- 12.1. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária ou qualquer outro meio idôneo adotado pela contratante, mediante a apresentação de nota fiscal, devidamente atestada e aprovada pela AGEVAP, juntamente com a comprovação de regularidade fiscal, no prazo estabelecido no Termo de referência, a contar do seu recebimento, observando-se a retenção dos tributos e contribuições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação vigente, quando for o caso.
 - 12.1.1. Na Nota Fiscal/Fatura deverá vir destacado o número do Contrato, a descrição dos serviços prestados conforme o objeto do presente Ato Convocatório, com o respectivo valor dos serviços executados.
 - 12.1.2. Na Nota Fiscal/Fatura deverão vir destacadas, também, retenções na fonte de modo análogo àquelas previstas na Instrução Normativa da

Ato Convocatório Elaborado por: Horácio Rezende Alves.

Revisão 00 - CSG DO-000000

Página 23 de 28





Rua Elza da Silva Duarte, n°48, loja 1A - Bairro Manejo Resende/RJ - CEP 27520-005

Tel: (24) 3355-8389

Secretaria da Receita Federal nº 480, de 15 de dezembro de 2004 (IRPJ, PIS, COFINS, ISS e outros) ou outra norma que vier a substituí-la.

12.1.3. Mesmo que a contratada não faça constar na Nota Fiscal/Fatura as retenções citadas acima, a AGEVAP fará as retenções previstas em tal legislação e as repassará, integralmente, para a Secretaria da Receita Federal através de Documento de Arrecadação de Receitas Federais – DARF.

- 12.1.4. Caso a contratada esteja dispensada de alguma das retenções citadas, deverá apresentar documentação comprobatória, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, de forma análoga àquela das previsões constantes na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 480, de 15 de dezembro de 2004 ou outra norma que vier a substituí-la.
- 12.2. Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto houver pendência de entrega dos produtos e/ou serviços.
- 12.3. A AGEVAP reserva-se o direito de se recusar a efetuar o pagamento se, no ato da atestação, e entrega dos produtos não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita, bem como contrariar algum dispositivo deste Ato Convocatório e seus anexos.

13.DAS SANÇÕES

13.1. A participante que não mantiver a proposta, apresentá-la sem seriedade, falhar ou fraudar, tiver comportamento inidôneo, fizer declaração falsa,

Ato Convocatório Elaborado por: Horácio Rezende Alves.

Revisão 00 - CSG DO-000000

Página 24 de 28





Rua Elza da Silva Duarte, n°48, loja 1A - Bairro Manejo Resende/RJ - CEP 27520-005

Tel: (24) 3355-8389

cometer fraude fiscal ou deixar de cumprir a proposta, estará sujeita ainda, a aplicação das penalidades previstas na lei civil ou penal.

- 13.2. O atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a contratada à multa moratória de 0,1% (zero virgula um por cento) por dia de atraso sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura a ser paga.
- 13.3. Pela inexecução total ou parcial deste Ato Convocatório a AGEVAP poderá aplicar à contratada as sanções fixadas a seguir, sem prejuízo de outras previstas em lei:
 - 13.3.1. Advertência;
 - 13.3.2. Multa moratória de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura a ser paga;
 - 13.3.3. Multa administrativa até 20% (vinte por cento);
 - 13.3.4. Suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a AGEVAP;
 - 13.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a AGEVAP.
- 13.4. As multas previstas nos subitens anteriores deverão ser recolhidas dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da intimação para o pagamento, em conta corrente informada pela AGEVAP. Caso a importância devida não seja recolhida será descontada automaticamente, ou ajuizada a dívida conforme previsto em lei.

Ato Convocatório Elaborado por: Horácio Rezende Alves. Revisão 00 - CSG DO-000000

Página 25 de 28



AGEVAP AGÊNCIA DE BACIA

Rua Elza da Silva Duarte, n°48, loja 1A - Bairro Manejo Resende/RJ - CEP 27520-005

Tel: (24) 3355-8389

13.5. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente

justificado e aceito pela AGEVAP, a contratada ficará isenta das penalidades

mencionadas.

13.6. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após

devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração,

equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima

estabelecidas.

13.7. Em todos os casos previstos no item 14 e em seus subitens será

concedido à proponente ou contratada a ampla defesa e o contraditório,

conforme previsão constitucional.

14.DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

14.1. O Diretor Presidente da AGEVAP poderá revogar este Ato Convocatório

por razões de interesse e conveniência, devendo anulá-lo por ilegalidade, de

ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato fundamentado.

14.2. As participantes não terão direito à indenização em razão da anulação

desta Seleção de Propostas, ressalvado, no caso de boa-fé, o direito de o

contratado ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento

do contrato.

14.3. No caso de revogação e anulação deste Ato Convocatório é assegurado

o contraditório.

Ato Convocatório
Elaborado por: Horácio Rezende Alves.

Revisão 00 - CSG DO-000000

Página 26 de 28





Rua Elza da Silva Duarte, n°48, loja 1A - Bairro Manejo Resende/RJ - CEP 27520-005

Tel: (24) 3355-8389

14.4. A data de recebimento dos envelopes "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO", e "PROPOSTA DE PREÇOS", poderá ser alterada por conveniência da AGEVAP, sem prejuízo da observância dos demais procedimentos decorrentes. Havendo possibilidade das licitantes declinarem dos prazos recursais e havendo disponibilidade da AGEVAP, eventualmente as sessões poderão contemplar mais de uma fase da licitação.

14.5. Não havendo expediente, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização deste Ato Convocatório na data prevista, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecido, desde que comprovada a comunicação, da Comissão de Julgamento, aos interessados.

14.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Ato Convocatório excluirse-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, só se iniciando e vencendo os prazos em dias de expediente da AGEVAP.

14.7. A homologação do resultado deste Ato Convocatório não implicará em direito à contratação.

14.8. O Foro competente para dirimir questões, relativas ao presente Ato Convocatório, será o da Justiça Comum, da Comarca do Município de Resende, onde está a Sede da AGEVAP, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.9. O inteiro teor deste Ato Convocatório, assim como quaisquer esclarecimentos sobre o mesmo poderão ser obtidos no horário de 09 h às 12h e de 14h às 17h, com a Comissão de Julgamento, na sede da AGEVAP.

Ato Convocatório Elaborado por: Horácio Rezende Alves. Revisão 00 - CSG DO-000000

Página 27 de 28





Rua Elza da Silva Duarte, n°48, loja 1A - Bairro Manejo Resende/RJ - CEP 27520-005

Tel: (24) 3355-8389

14.10. Nos casos omissos no presente edital aplica-se o disposto na Resolução INEA nº 160/2018, Resolução ANA nº 122/2019, Portaria IGAM nº 60/2019 e subsidiariamente o disposto na Lei Federal nº 8666/93, devendo estes serem resolvidos pelo Diretor Presidente.

15. RELAÇÃO DE ANEXOS

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGAR MENOR

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

ANEXO VI – CARTA DE CREDENCIAMENTO

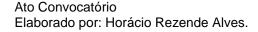
ANEXO VII – MINUTA DE CONTRATO

Resende, 03 de junho de 2022.

(assinado eletronicamente)

Horácio Rezende Alves

Presidente da Comissão de Julgamento





Página 28 de 28





TERMO DE REFERÊNCIA

Assunto: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviço de

Auditoria Externa Independente para o Exercício de 2022.

Referência: Contrato de Gestão ANA nº 027/2020, Contrato de Gestão INEA nº

001/2010, Contrato de Gestão INEA n° 003/2010, Contrato de Gestão INEA n° 02/2017, Contrato de Gestão IGAM n° 01/2019, Contrato de

Gestão IGAM n° 02/2019, Contrato de Gestão ANA n° 034/2020 e

Contrato de Gestão IGAM n° 001/2020.

Resende/RJ, 31 de março de 2022





APRESENTAÇÃO

Conforme previsto no Estatuto Social e solicitado pelo Conselho de Administração da AGEVAP a entidade deverá contratar uma empresa especializada para Prestação de Serviços de Auditoria Externa Independente nas demonstrações contábeis, financeiras do exercício de 2022 e dos processos com apresentação de relatórios, emissão de parecer e relatório circunstanciado sobre as contas do exercício bem como o Relatório de Controle Interno.

Esta análise tem caráter preventivo e corretivo, visando principalmente a correção de procedimentos inadequados como a prevenção de que os mesmos não ocorram.

A contratação destes serviços proporcionará como benefício melhor transparência para avaliação dos atos que envolvem os registros contábeis e ações dos gestores, no sentido de subsidiar e auxiliar o Conselho Fiscal e Conselho de Administração na análise e parecer sobre as contas anuais da Agência, bem como atender os Contratos de Gestão: ANA n° 027/2020, INEA n° 01/2010, INEA n° 03/2010, INEA n° 02/2017, IGAM n°01/2019, IGAM n° 02/2019, ANA n° 034/2020 e IGAM n° 001/2020.



SUMÁRIO

| 1. | AGEVAP – ASSOCIAÇÃO PRÓ-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA | |
|------------|--|----|
| | HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL | 4 |
| 2. | OBJETO | 6 |
| | 2.1. JUSTIFICATIVA | 6 |
| 3. | ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA | 6 |
| | 3.1. Produtos a serem entregues | 7 |
| | 3.2. Detalhamento das atividades a serem realizadas | 8 |
| | 3.3. Metodologia do Trabalho das atividades a serem realizadas | 10 |
| | 3.4. Procedimentos gerais relacionados aos trabalhos | 11 |
| | 3.5. Equipe técnica | 15 |
| 5 . | VIGÊNCIA | 15 |
| 6. | PAGAMENTO DOS PRODUTOS | 15 |
| 7. | ACOMPANHAMENTO | 16 |
| ANE | EXO I – FORMULÁRIO PARA ANÁLISE DE PROCESSOS, MODELO DE PARECER DE AUDITORIA | 17 |

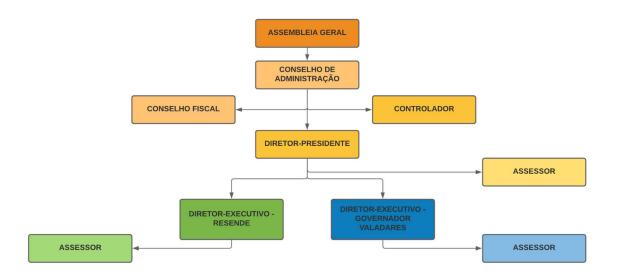




AGEVAP – ASSOCIAÇÃO PRÓ-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL

A Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - AGEVAP, criada em 20 de junho de 2002, tem personalidade jurídica de uma associação de direito privado, com fins não econômicos. Foi constituída, inicialmente, para o exercício das funções de Secretaria Executiva, sendo que atualmente exerce as funções definidas no Art. 44 da Lei Federal n° 9.433/97, Art. 59, da Lei Estadual do Rio de Janeiro nº 3.239/99 e Art. 38 da Lei Estadual de Minas Gerais nº 13.199/99, que trata das competências das chamadas Agências de Água, ou Agências de Bacia.

A associação é formada por uma Assembleia Geral, um Conselho de Administração, um Conselho Fiscal e uma Diretoria Executiva. Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal são pessoas físicas eleitas pela Assembleia Geral e, atualmente, a Diretoria Executiva é composta por 01 (um) Diretor-Presidente, 02 (dois) Diretores Executivos, 03 (três) Assessores e 01 (um) Controlador, como mostrado na figura 01.



A sede da AGEVAP está localizada em Resende/RJ. A Agência possui 10 (dez) Unidades Descentralizadas (UDs) localizadas nos municípios de Volta Redonda, Petrópolis, Nova Friburgo, Campos dos Goytacazes, Seropédica, Rio de Janeiro, Angra dos Reis (localizadas no estado do Rio de Janeiro), Juiz de Fora, Guarani





(localizadas em Minas Gerais) e São José dos Campos (localizada em São Paulo). A Agência possui ainda 01 (uma) Filial localizada em Governador Valadares/MG.

Atualmente, a AGEVAP possui 08 (oito) Contratos de Gestão assinados com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), o Instituto Estadual do Ambiente - INEA e o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), atendendo a 17 (dezessete) comitês de bacias hidrográficas.

Na Tabela 01, a seguir, apresentamos os respectivos contratos de gestão, comitês atendidos, resoluções de delegação e outras informações pertinentes.

| Contrato de Gestão | Data de assinatura | Órgão Gestor | CBH's Atendidos | Resolução Conselhos | Prazo de Delegação/CG |
|----------------------------|-----------------------|--|---|---|--------------------------|
| INEA 01/2010 | 05/07/2010 | Instituto Estadual do Meio Ambiente - INEA | Médio Paraíba do Sul; Rio Dois Rios; Piabanha; Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana | Resolução nº 141/2015 - Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro | 31/12/2025 |
| INEA 03/2010 | 18/10/2010 | Instituto Estadual do Meio Ambiente - INEA | Guandu; Baía de Ilha Grande | Resolução nº 143/2015 - Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro | 31/12/2022 |
| INEA 02/2017 | 26/12/2017 | Instituto Estadual do Meio Ambiente - INEA | Baía de Guanabara | Resolução nº 179/2017 - Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro | 27/12/2022 |
| IGAM PS1 001/2019 | 27/11/2019 | Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM | Preto e Paraibuna | Deliberação nº 432/2019 - Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais | 19/11/2024 |
| IGAM PS2 002/2019 | 27/11/2019 | Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM | Pomba e Muriaé | Deliberação nº 432/2019 - Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais | 19/11/2024 |
| 027/2020/ANA | 04/12/2020 | Agência Nacional de Águas - ANA | CEIVAP | Resolução nº 167/2015 - Conselho Nacional de Recursos Hídricos | 30/06/2026 |
| IGAM DO1 a DO6 001/2020 | 15/12/2020 | Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM | Piranga, Piracicaba, Santo Antônio, Suaçuí, Caratinga e Manhuaçu | Deliberação nº 441/2020 - Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais | 31/12/2025 |
| 034/2020/ANA | 21/12/2020 | Agência Nacional de Águas - ANA | Doce | Resolução nº 212/2020 — Conselho Nacional de Recursos Hídricos | 31/12/2025 |



2. OBJETO

Este Termo de Referência tem como objeto a contratação de empresa especializada para Prestação de Serviços de Auditoria Externa Independente com escopo FISCAL E CONTÁBIL com emissão de Parecer Técnico e o Relatório de Auditoria circunstanciado das referidas demonstrações e Relatório de Controle Interno referente ao exercício de 2022, conforme previsto.

2.1. JUSTIFICATIVA

Conforme previsto no Estatuto Social e solicitado pelo Conselho de Administração da AGEVAP a entidade deverá contratar uma empresa especializada para Prestação de Serviços de Auditoria Externa Independente nas demonstrações contábeis, financeiras do exercício de 2022 e dos processos com apresentação de relatórios, emissão de parecer e relatório circunstanciado sobre as contas do exercício bem como o Relatório de Controle Interno.

Esta análise tem caráter preventivo e corretivo, visando principalmente a correção de procedimentos inadequados como a prevenção de que os mesmos não ocorram.

A contratação destes serviços proporcionará como benefício melhor transparência para avaliação dos atos que envolvem os registros contábeis e ações dos gestores, no sentido de subsidiar e auxiliar o Conselho Fiscal e Conselho de Administração na análise e parecer sobre as contas anuais da Agência, bem como atender os Contratos de Gestão: ANA n° 027/2020, INEA n° 01/2010, INEA n° 03/2010, INEA n° 02/2017, IGAM n°01/2019, IGAM n° 02/2019, ANA n° 034/2020 e IGAM n° 001/2020.

3. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

As demonstrações contábeis, financeiras e processos do exercício de 2022 devem ser analisados sob a ótica dos seguintes documentos: Resolução ANA nº





029/2020, Resolução ANA nº 028/2020, Resolução ANA nº 122/2019, Resolução INEA nº 160/2018, Resolução INEA nº 203/2020, Boletim de Serviço INEA 146/2020, Portaria IGAM nº 60/2019 e Lei Federal nº 8.666/93, Resolução CFC - Conselho Federal de Contabilidade, normas instituídas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e outros documentos a nível estadual ou federal.

Descreveremos neste item as atividades macro a serem realizadas e posteriormente o detalhamento destas pelas áreas: contábil, financeira, administrativa e Gestão de Pessoas.

3.1. Produtos a serem entregues

Atividade 1 - Alinhar o trabalho a ser realizado entre AGEVAP e a empresa contratada:

Fazer uma reunião de apresentação e alinhamento entre a empresa contratada e a AGEVAP, onde a contratada deverá apresentar cronograma com datas para execução das atividades, juntamente com a relação da equipe técnica que executará o Contrato.

Atividade 2 - Auditar os documentos da Associação do 1º trimestre e do 2º trimestre de 2022:

Fazer a análise dos documentos nas áreas: contábil, financeira, administrativa e Gestão de Pessoas do 1° e 2º trimestre de 2022 e apresentar o relatório referente ao período auditado.

Atividade 3 - Auditar os documentos da Associação do 3º trimestre de 2022:

Fazer a análise dos documentos nas áreas: contábil, financeira, administrativa e Gestão de Pessoas do 3º trimestre de 2022, apresentar o relatório referente ao período auditado e o relatório de follow up referente





ao relatório anterior com a situação das reparações/evoluções realizadas pela AGEVAP.

Atividade 4 - Auditar os documentos da Associação do 4º trimestre de 2022:

Fazer a análise dos documentos nas áreas: contábil, financeira, administrativa e Gestão de Pessoas do 4º trimestre de 2022, apresentar o relatório referente ao período auditado e o relatório de follow up referente ao relatório anterior com a situação das reparações/evoluções realizadas pela AGEVAP. Deverá também ser auditada as demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2022, com a emissão dos respectivos pareceres e notas explicativas.

Atividade 5 - Auditar a Associação em relação a governança corporativa, tecnologia da informação e compliance e riscos:

Analisar a associação em relação ao processo de governança corporativa, de governança na área de tecnologia da informação, compliance e da política de gestão.

3.2. Detalhamento das atividades a serem realizadas

Na área contábil:

Análise da contabilidade da instituição envolvendo auditoria de documentos contábeis, com a respectiva documentação de receitas e despesas, controle interno da instituição, obrigações com terceiros, bancárias, depósitos de terceiros, análises e aferições da confiabilidade das informações geradoras dos registros contábeis das receitas, despesas, etc. Auditar a legalidade contábil dos documentos apresentados nos suprimentos de fundos, bem como os critérios de prestação de contas (prazos, normas, etc.).





Na área financeira:

Análise dos documentos com abrangência nas autorizações de despesas de acordo com o plano de contas, na apropriação de receitas via sistema bancário, controle de entradas e saídas de numerários, aplicações financeiras, eficácia do controle interno da Instituição, envolvendo o controle bancário, o controle de contas a pagar, tributação aplicada, etc.

Na área administrativa:

Análise de todos os processos de compras, diárias, reembolso de despesas, contratação de obras e de serviços, através de atos convocatórios ou não, tendo por base minimamente os quesitos constantes do Anexo I, ficando a critério da contratada incorporar novos procedimentos, de contratos de repasse, área patrimonial, envolvendo a conservação dos bens permanentes, inventário físico dos bens, com abrangência no almoxarifado, com ênfase no controle de entrada e saída de mercadoria neste e seu inventário. Auditar ainda o controle de compras e controle de utilização de veículos.

Na área de gestão de pessoas:

Auditar os processos de admissões e demissões, controle de recolhimento de obrigações sociais e tributárias, tais como INSS, FGTS, IRRF, consignações em folha de pagamento e outros, bem como o controle interno, com abrangência no controle do banco de horas, faltas, atestados médicos e abonos de faltas, e demais normas trabalhistas.

Na área de compliance e riscos:

Análise da conformidade dos atos administrativos em decorrência das políticas e normas internas e legislação aplicáveis à AGEVAP. Análise da política de gestão de riscos em função dos resultados estratégicos da AGEVAP.





3.3. Metodologia do Trabalho das atividades a serem realizadas

Os procedimentos de auditoria a serem aplicados pela empresa contratada são o conjunto de técnicas que permitam ao auditor obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar sua opinião sobre os demonstrativos contábeis, e abranjam testes de observância e testes substantivos.

A aplicação dos procedimentos de auditoria será realizada, em razão da complexidade e volume das operações, por meio de provas seletivas, testes e amostragens, com base na análise e riscos da auditoria e outros elementos, de forma a determinar a amplitude dos exames necessários para a emissão de um relatório sobre os demonstrativos contábeis. Os testes de observâncias e substantivos levam em consideração as seguintes técnicas básicas:

- a) Inspeção exame de registros, documentos e de ativos tangíveis;
- b) Observação acompanhamento de procedimento quando de sua execução;
- c) Investigação e confirmação obtenção de informação perante as pessoas ou entidades conhecedoras da transação dentro ou fora da Entidade;
- d) Cálculo conferência da exatidão aritmética de documentos comprobatórios, registros e demonstrações contábeis e outras circunstâncias;
- e) Revisão analítica verificação do comportamento de valores significativos, mediante índices, quocientes, quantidades absolutas ou outros meios, com vista à identificação de situação ou tendências atípicas. A auditoria contábil será realizada, inclusive, nos registros gerados pelo processamento eletrônico de dados (se necessário) e em outros que, mantidos pela AGEVAP, devam sofrer exames para





os fins propostos.

A empresa contratada deverá comparecer às reuniões do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração da AGEVAP, sempre que for convocada, de forma presencial ou através de videoconferência, para a apresentação de documentos, bem como proferir as considerações julgadas relevantes. Durante a execução do Contrato estão previstas para acontecer três reuniões.

3.4. Procedimentos gerais relacionados aos trabalhos

Os trabalhos serão executados por profissionais que detenham comprovada capacidade técnica e registro no respectivo órgão de classe, nas dependências da empresa contratada com base em documentos e informações fornecidos pela AGEVAP.

Os documentos e as informações fornecidas serão de única e exclusiva responsabilidade da AGEVAP no que tange à sua idoneidade.

Antes de iniciar a auditoria, um planejamento deve ser estabelecido para garantir que todos os processos, abertos naquele trimestre, serão auditados.

As auditorias serão realizadas remotamente e durarão cerca de 1 a 2 semanas conforme abaixo:

- > 1° e 2° Trimestre de 2022 2 semanas:
- 3° Trimestre de 2022 1 semanas:
- ➤ 4° Trimestre de 2022 2 semanas.

No último dia da auditoria, no desempenho de cada atividade, haverá uma reunião de encerramento dos trabalhos com a Auditoria, Assessoria Contábil da AGEVAP e as demais áreas envolvidas nos trabalhos, através





de videoconferência.

Os relatórios de auditoria deverão ser assinados por um dos integrantes da equipe técnica, a ser entregue no prazo de até 10 (dez) dias após a finalização daquela atividade e que contenham as seguintes finalidades.

- a) Apresentar a avaliação do auditor sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- b) Relatar os exames e procedimentos efetuados pelo auditor;
- c) Alertar a administração da Entidade sobre aspectos que possam acarretar ressalvas no "Parecer dos Auditores";
- d) Apresentar recomendações para aprimoramento dos Controles Internos (CIS).

Os relatórios de auditoria deverão ser apresentados na Reunião do Conselho Fiscal, quando solicitado, juntamente com as considerações da AGEVAP e com o Relatório Follow-up referente ao relatório anterior com a situação das reparações/evoluções realizadas pela AGEVAP.

Como referência ao número de processos a serem analisados pela empresa contratada apresentamos na tabela, abaixo, o número de processos por tipo e com uma abordagem quantitativa, estes números de processos a serem analisados são estimados:

| Tipo de processo | Qtd. Resende/RJ | Qtd. Governador Valadares/MG |
|--|--------------------|------------------------------------|
| Compras e contratações (dispensa de licitação, ato convocatório, inexigibilidade, ata de registro de preços) | | 27 |
| Seleção de Projetos | 20 | 0 |
| Convênio | 15 | 0 |
| Termo de Concessão - Auxílio à Pesquisa (Edital de Chamamento Público) | 30 | 0 |





| Outras Despesas – despesas com pessoal e membros de Comitês | 120 | 0 |
|---|-----|----|
| Administrativo – acompanhamento AGEVAP | 50 | 0 |
| Total: | 345 | 27 |

Apresentamos o cronograma físico financeiro, juntamente com as atividades que serão executadas pela contratada:

| Atividades | Previsão para o Período de Execução | % Repasse |
|---|---|-----------|
| Atividade 2 1° e 2° Trimestre de 2022 | Agosto de 2022 | 35% |
| Atividade 3 3° Trimestre de 2022 | Novembro de 2022 | 25% |
| Atividade 4 4° Trimestre de 2022 | Janeiro de 2023 | 25% |
| Atividade 5 Governança Corporativa e Compliance | Março de 2023 | 15% |
| | Total: | 100,00% |

A Contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que forem verificados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados pela empresa contratada.

Manter durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação.

Executar fielmente o objeto dentro do melhor padrão de qualidade, de forma que os serviços a serem executados mantenham todas as especificações técnicas e qualidades exigidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e Cadastro Nacional de Auditores Independentes - CNAI cumprindo todas as especificações estabelecidas e prazos





determinados na proposta de preços e documentos apresentados à AGEVAP.

Refazer, sem custo para o AGEVAP, todo e qualquer procedimento, se verificada incorreção e constatado que o erro é da responsabilidade da empresa contratada.

Submeter-se à fiscalização por parte da AGEVAP, acatando as determinações e especificações contidas neste Termo de Referência.

Não se comprometer perante terceiros, dando o instrumento contratual como garantia ou compensar direitos de créditos decorrentes da execução dos serviços ora pactuados em operações bancárias e/ou financeiras, sem prévia autorização expressa do AGEVAP.

Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas decorrentes de impostos, despesas com mão-de-obra, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, seguros e outras despesas que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.

Utilizar de forma privativa e confidencial, os documentos fornecidos pela AGEVAP para a execução do Contrato.

Recolher e entregar na sede da AGEVAP todo documento necessário para a execução dos serviços e atividades previstos neste Termo de Referência, sem qualquer ônus para AGEVAP.

O representante da empresa contratada deverá participar das reuniões do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração presencial ou remotamente, através de videoconferência, para apresentação dos Relatórios e Pareceres em datas a serem definida.





3.5. Equipe técnica

Para a realização do trabalho de Auditoria Externa Independente será necessária a formação de uma equipe técnica mínima:

- > 01 (um) auditor contábil e financeiro sênior, que será o coordenador da equipe;
- 02 (dois) assistentes administrativos (Formação: nível superior em áreas correlatas.

4. FORMA DE CONTRATAÇÃO

A seleção será realizada em conformidade com o disposto na da Lei Federal nº. 8.666/93, na Resolução ANA nº 122/2019, Resolução INEA nº 160/2018, Portaria IGAM nº 60/2019.

5. VIGÊNCIA

O contrato terá prazo de até 12 (doze) meses de vigência, a partir da data da assinatura do contrato, nos termos da Lei Federal nº. 8.666/93, na Resolução ANA n° 122/2019, Resolução INEA nº 160/2018, Portaria IGAM n° 60/2019.

6. PAGAMENTO DOS PRODUTOS

O pagamento será efetuado após a entrega e aprovação do Relatório das Demonstrações Contábeis Trimestrais e do Exercício do Relatório dos Processos Trimestrais/Semestral, conforme cronograma a físico financeiro, existente no Termo de Referência, mediante a apresentação das notas fiscais, devidamente atestadas e aprovadas pelo gestor do contrato.





7. ACOMPANHAMENTO

A AGEVAP nomeará um gestor do processo para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o mesmo.

Resende/RJ, 31 de março de 2022.

(assinado eletronicamente)

Thaís Souto do Nascimento

Especialista Administrativo - Financeira

(assinado eletronicamente)
Miqueias Calebe Donde

Analista Administrativo - Financeiro

(assinado eletronicamente)

Rejane Monteiro da Silva Pedra

Gerente Financeira da AGEVAP





ANEXO I – FORMULÁRIO PARA ANÁLISE DE PROCESSOS, MODELO DE PARECER DE AUDITORIA

| | SELEÇÃO DE PROPOSTAS/DISPENSA E INEXIGIBILIDADE | S/N | NA | FLS. |
|-----|---|-----|----|------|
| 1. | Objeto devidamente especificado pela Requerente? | | | |
| 2. | A necessidade do objeto está devidamente justificada? | | | |
| 3. | Houve dispensa de seleção de proposta ou inexigibilidade com sua fundamentação legal? | | | |
| 4. | O extrato do ato convocatório, para seleção de propostas, foi publicado em jornal de circulação local e na página eletrônica da delegatária para os valores inferiores a R\$ 80.000,00? | | | |
| 5. | O extrato do ato convocatório para seleção de proposta para valores superiores a R\$ 80.000,00 foi publicado em jornal de circulação regional (estadual) e na página eletrônica da delegatária? | | | |
| 6. | Foi comprovado os casos de Inexigibilidade na contratação de serviços técnicos especializados, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização? | | | |
| 7. | Houve comprovação de exclusividade, fornecida por meio de atestado, fornecido pelo Órgão de registro do comércio, ou entidades equivalentes, se for o caso? | | | |
| 8. | Consta no processo a documentação relativa a qualificação técnica, prevista no ato convocatório? | | | |
| 9. | Foi observado os procedimentos nos casos de dispensa, previstos nas Resoluções? | | | |
| 10. | Foi justificado e autorizado pelo responsável da delegatária à escolha do fornecedor, e também, ao preço, se os mesmos estão compatíveis aos praticados no mercado? | | | |
| 11. | As minutas dos atos convocatórios e seus contratos e aditivos, bem como os procedimentos de dispensa e inexigibilidade, foram submetidos previamente à assessoria jurídica da delegatária? | | | |



| 12. | Consta no processo documentação relativa a habilitação jurídica, constando a expressão, confere com o original? | | |
|-----|--|--|--|
| 13. | Os processos estão devidamente autuados? | | |
| 14. | Consta no processo os atos de homologação e adjudicação, convocando o vencedor do certame para assinar o contrato, dentro do prazo definido no ato convocatório? | | |
| 15. | Foi observado o acréscimo ou supressão previsto nas Resoluções? | | |

| | ÁLISE DOS PROCESSOS DE PAGAMENTOS GERAL | S/N | NA | FLS. |
|-----|--|-----|----|------|
| 1. | Os valores pagos estão de acordo com as parcelas contratadas? | | | |
| 2. | Houve retenção do INSS, IRRF, ISS e CSLL nos pagamentos efetuados? | | | |
| 3. | As parcelas foram pagas, no vencimento, conforme cronograma de pagamento do contrato? | | | |
| 4. | Os comprovantes de despesas são hábeis e estão em nome do Contratante? | | | |
| 5. | Os pagamentos. Foram efetuados, em nome do beneficiário contratado? | | | |
| 6. | O objeto contratado está de acordo com as especificações licitadas? | | | |
| 7. | Os comprovantes de despesas possuem data, descrição detalhada do objeto, valores unitários e total? | | | |
| 8. | Foi observado no contrato, as condições para pagamento de cada parcela? | | | |
| 9. | Constam as atestações dos funcionários, designados no contrato, de que o material ou serviço foi recebido e/ou aceito? | | | |
| 10. | Todos os documentos estão devidamente assinados? | | | |
| 11. | Os processos estão devidamente autuados? | | | |





ACHADOS DE AUDITORIA

Caso as questões relacionadas acima originarem um achado de auditoria, este deve ser detalhado, bem como as evidências constatadas, e apresentar ainda sua conclusão e recomendações visando à correção das falhas verificadas, nas quais deverá evitar-se textos imprecisos ou genéricos que não permitam adequada avaliação da sua implementação.

PARECER DE AUDITORIA

(USAR O TEXTO A SEGUIR EM CASO DE REGULARIDADE)

Da análise do processo constatou-se a presença de todos os elementos e formalidades exigidos pelas Resoluções.

Quanto aos documentos apresentados, entende-se que estes comprovam adequadamente a aplicação dos recursos nas finalidades para as quais foram concedidos, bem como a realização do objeto.

Sendo assim, considera-se **REGULAR** em forma e conteúdo a presente prestação de contas, estando em condição de ser arquivada, pelo prazo de 5(cinco) anos.

(USAR O TEXTO A SEGUIR EM CASO DE REGULARIDADE COM RESSALVAS)

Da análise do processo de prestação de contas e após diligências efetuadas junto aos setores responsáveis, restaram as seguintes impropriedades (elencar todas as impropriedades e citar a norma infringida).

Apesar dos apontamentos acima, verifica-se que tais restrições decorrem da inobservância de exigências meramente formais, as quais não configuram malversação dos recursos públicos nem prejuízo ao erário, tampouco comprometeram a execução do objeto pretendido pelo repasse dos recursos.

Sendo assim, diante das impropriedades apontadas acima, considera-se **REGULAR COM RESSALVA(S)** a presente prestação de contas, estando em condição de ser arquivada.





(USAR O TEXTO A SEGUIR EM CASO DE IRREGULARIDADE)

Da análise do processo de prestação de contas e após diligência aos setores responsáveis, restaram as seguintes impropriedades (elencar todas as impropriedades e citar a norma infringida):

Sendo assim, considera-se **IRREGULAR** a presente prestação de contas.

Cabe destacar que o referido Anexo I, é exigência do Órgão Gestor INEA, sendo assim os processos que não são referentes aos Contratos de Gestão do INEA serão adaptados para atender suas legislações.

Informo que os documentos serão solicitados pela AGEVAP de acordo como previstos em seus Contratos de Gestão.





Rua Elza da Silva Duarte, n°48, loja 1A - Bairro Manejo Resende/RJ - CEP 27520-005

Tel: (24) 3355-8389

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGAR MENOR

ATO CONVOCATÓRIO Nº. XX/202X

DECLARAÇÃO

| Nome da Empresa | _, CNPJ nº, |
|--|--------------------------------------|
| sediada - (endereço completo |) DECLARA, sob as penas |
| da lei, que não possui em seu quadro de pe | ssoal menor de 18 (dezoito) anos em |
| trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem | menores de 16 (dezesseis) anos em |
| qualquer tipo de trabalho, salvo na condição | de aprendiz a partir de 14 (quatorze |
| anos), (Lei nº 9.854/99 e Decreto nº 4.358/200 | 22). |
| | |
| | |
| | |
| Resende/RJ, de | de 20 |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |

Assinatura e Identificação do Representante Legal



Rua Elza da Silva Duarte, n°48, loja 1A - Bairro Manejo Resende/RJ - CEP 27520-005 Tel: (24) 3355-8389

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

ATO CONVOCATÓRIO Nº. XX/202X

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

| | | | , CNPJ |
|---|-----------------|-----------------|-----------|
| nº | | ` , | completo) |
| DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente de nabilitação/participação no presente processo con declarar ocorrências posteriores, e também não está | ntratação, cien | te da obrigat | • |
| Resende/RJ, de | (| de 20 <u></u> . | |
| Assinatura e Identificação do R | epresentante | _egal | |

AGEVAP AGÊNCIA DE BACIA

ASSOCIAÇÃO PRÓ-GESTÃO DAS ÁGUAS DO RIO PARAÍBA DO SUL

Rua Elza da Silva Duarte, n°48, loja 1A - Bairro Manejo Resende/RJ - CEP 27520-005

Tel: (24) 3355-8389

ANEXO IV - PROPOSTA COMERCIAL

ATO CONVOCATÓRIO Nº. XX/202X

| RAZÃO SOCIAL: | | | | |
|-----------------------|--|----|---------|----|
| CNPJ: | | | | |
| ENDEREÇO: | | | | |
| TEL./FAX:: | | | | |
| E-mail: | | | | |
| | | | | |
| _ | de Empresa Especializada para Prestação endente para o Exercício de 2022 | de | Serviço | de |
| VALOR GLOBAL (R\$): | | - | | |
| VALOR GLOBAL (por ext | enso): | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |
| | Assinatura do representante Legal | | | |



Rua Elza da Silva Duarte, n°48, loja 1A - Bairro Manejo Resende/RJ - CEP 27520-005

Tel: (24) 3355-8389

Dados para Assinatura do Contrato

| DADOS BANCÁRIOS: | | |
|----------------------|--------------------|---------------|
| Banco: | Agência: | _ Conta: |
| DADOS DO RESPONSAV | EL PELA ASSINATURA | DO CONTRATO: |
| Nome da Empresa: | | |
| CNPJ: | | |
| Representante Legal: | | |
| Identidade: | CPF: | Nacionalidade |
| Estado Civil: | Profissâ | io: |
| Endereço: | | |
| Nº:, Complemento | | Bairro: |
| Cidade: | Estado: | _, CEP: |

Obs.: A documentação que comprove poderes para assinatura do contrato deve ser apresentada na documentação de habilitação, bem como, em caso de obrigatoriedade de mais de um signatário deverão ser informados os dados de todos.



Rua Elza da Silva Duarte, n°48, loja 1A - Bairro Manejo Resende/RJ - CEP 27520-005

Tel: (24) 3355-8389

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

ATO CONVOCATÓRIO Nº. XX/202X

DECLARAÇÃO

| RAZÃO SOCIAL: | |
|--|---|
| | |
| CNPJ: | |
| DECLARA, sob as penas da lei ciência e concordância com todos os termos e especificações constantes deste Ato Convocatório. | ı |
| Resende/RJ, dede 20 | |
| Assinatura e Identificação do Representante Legal | |

Ato Convocatório Elaborado por: Horácio Rezende Alves.

AGEVAP AGÊNCIA DE BACIA

ASSOCIAÇÃO PRÓ-GESTÃO DAS ÁGUAS DO RIO PARAÍBA DO SUL

Rua Elza da Silva Duarte, n°48, loja 1A - Bairro Manejo Resende/RJ - CEP 27520-005

Tel: (24) 3355-8389

ANEXO VI – CARTA DE CREDENCIAMENTO ATO CONVOCATÓRIO №. XX/202X

Prezados Senhores da Comissão de Julgamento:

| Credenciamos o (a) Sr(a) |
|---|
| portador (a) do RG nº e CPF nº |
| nosso(a) bastante PROCURADOR(a) para representar a Empresa |
| inscrita no CNPJ sob n |
| no ATO CONVOCATÓRIO de número XX/2020 da |
| AGEVAP, a quem outorgamos poderes para assinar e rubricar todos os documentos |
| mpugnar, receber intimações e notificações, tomar ciência de decisões, acordar |
| transigir, interpor recursos ou desistir da interposição de recursos, enfim praticar todo |
| e qualquer ato necessário a perfeita representação ativa do outorgante em qualque |
| fase do certame. |
| |
| |
| Resende/RJ, dede 20 |
| |
| |

Obs.: Deve ser obrigatoriamente apresentada com firma reconhecida, acompanhada de cópia simples do contrato social.

Assinatura e Identificação do Representante Legal



Rua Elza da Silva Duarte, n°48, loja 1A - Bairro Manejo Resende/RJ - CEP 27520-005

Tel: (24) 3355-8389

| Α | NI | | v | \sim | ١. | /1 | ı |
|---|----|---|---|--------|----|-----|---|
| А | IV | ᆮ | ^ | u | · | , , | |

| CONTRAT | O Nº | / | /AGEVAP | DE |
|------------------|----------|-----------|---------|-------|
| PRESTAÇ <i>Î</i> | ÃO DE S | SERVIÇO [| DE | , |
| QUE ENTR | E SI FAZ | ZEM A ASS | OCIAÇÃO | PRÓ- |
| GESTÃO | DAS | ÁGUAS | DA B | ACIA |
| HIDROGRA | ÁFICA D | O RIO PAR | AÍBA DO | SUL - |
| AGEVAP E | A EMPI | RESA | | |

A ASSOCIAÇÃO PRÓ-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL - AGEVAP, sediada na Rua Elza da Silva Duarte, nº 48, loja 1A, Manejo, Resende/RJ, CEP: 27.520-005, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.422.000/0001-01, neste ato representada por seu xxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxx, portadora da cédula de identidade nº xx.xxx.xxx-x expedida pelo xxx/xx e inscrita no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.xxx-xx, residente xxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxx, xxxxxxxxxxx, portadora da cédula de identidade nº xx.xxx.xxx-x expedida pelo xxx/xx e inscrita no CPF/MF sob o nº xxx.xxx.xxx-xx, residente xx.xxx-xxx, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado, xxxxxx, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xxxxxxxxx, neste ato representado por xxxxxxxxxxx, expedida pela xxx/xxx e inscrito no CPF/MF sob o n° xxxxxxxx, residente e domiciliado na xx xxx, nº xxx, xxxx, xxxx/xxxx, CEP: xxxxxxxx, doravante denominada simplesmente CONTRATADA. resolvem celebrar de presente contrato xxx/201x/xxxx, xxx/201x/xxxx, que serão regidos pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, pela Resolução INEA nº 160/2018, Resolução ANA nº 122/2019, Portaria IGAM nº 60/2019, e pelo instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

AGEVAP AGÊNCIA DE BACIA

ASSOCIAÇÃO PRÓ-GESTÃO DAS ÁGUAS DO RIO PARAÍBA DO SUL

Rua Elza da Silva Duarte, n°48, loja 1A - Bairro Manejo Resende/RJ - CEP 27520-005

Tel: (24) 3355-8389

| CLÁUS | SULA PR | MEIRA: DO OBJETO | | |
|-------|---|---|--|--|
| 1.1. | O presente contrato tem por objeto, na forma de seu ANEXO I – Ato convocatório Termo de Referência. | | | |
| CLÁUS | SULA SE | GUNDA – DO PRAZO | | |
| 2.1. | O prazo | de vigência do contrato será de () meses. | | |
| | 2.1.1. | O presente instrumento poderá ser aditivado, com as devidas justificativas, conforme o exposto na legislação vigente. | | |
| CLÁUS | SULA TEI | RCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO | | |

3.1. Dá-se a este contrato o valor total de R\$ _____(____).

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária para o corrente exercício, assim classificado:

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

- 5.1. Será admitido o reajuste dos preços dos serviços contratados desde que vencido o prazo pactuado originariamente para a prestação de serviços, e este seja superior a 12 (doze) meses, sem culpa do contratado, mediante a aplicação do IPCA, ou outro que venha substituí-lo, divulgado pelo IBGE.
- 5.2. O reajuste não poderá alterar o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato, salvo na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, poderá haver a repactuação,



Rua Elza da Silva Duarte, n°48, loja 1A - Bairro Manejo Resende/RJ - CEP 27520-005

Tel: (24) 3355-8389

objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- **6.1.** Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:
 - efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
 - **6.1.2.** fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes à execução do presente contrato:
 - **6.1.3.** nomear um gestor para exercer a fiscalização do contrato, designado pelo Diretor-Presidente;
 - **6.1.4.** receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no edital e no contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- **7.1.** Constituem obrigações da contratada:
 - 7.1.1 executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
 - **7.1.2.** prover os serviços de forma adequada em todos os níveis de trabalho;
 - **7.1.3.** iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;
 - 7.1.4. comunicar ao gestor do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;



Rua Elza da Silva Duarte, n°48, loja 1A - Bairro Manejo Resende/RJ - CEP 27520-005

Tel: (24) 3355-8389

7.1.5. responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável;

- 7.1.6. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- 7.1.7. fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios que por ventura se fizerem necessários à execução do objeto do contrato;
- 7.1.8. arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à CONTRATANTE ou a terceiros;
- 7.1.9. responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
- **7.1.10.** relatar ao gestor do contrato toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- **7.1.11.** não permitir a utilização do trabalho do menor de idade;
- 7.1.12 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- **7.1.13** não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar



Rua Elza da Silva Duarte, n°48, loja 1A - Bairro Manejo Resende/RJ - CEP 27520-005

Tel: (24) 3355-8389

qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no ANEXO I –Termo de Referência;

- 7.1.14. arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no inciso § 1º do Art. 57 da Lei Federal nº 8.666, de 1993;
- **7.1.15.** manter atualizado e disponível, mensalmente, os comprovantes de pagamento de salários e impostos do funcionários designado para a prestação dos serviços.

CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

- **8.1.** O contrato deverá ser executado, fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do ANEXO I Ato convocatório: Termo de Referência e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.
- **8.2.** O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao pagamento.
- 8.3. Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo adjudicatário, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento.
- **8.4.** O gestor do contrato que se refere o item 6.1.3, sob pena de responsabilidade administrativa, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à



Rua Elza da Silva Duarte, n°48, loja 1A - Bairro Manejo Resende/RJ - CEP 27520-005

Tel: (24) 3355-8389

regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

- **8.5.** A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.
- **8.6.** A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA NONA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

- 9.1. A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total do contrato na forma prevista no ANEXO I –Termo de Referência, após a execução dos serviços, sendo cada uma delas feitas por ordem bancaria ou outro meio idôneo.
- **9.2.** A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal/fatura para pagamento ao gestor do contrato, que verificará o cumprimento das obrigações contratuais, e iniciará os procedimentos necessários ao pagamento.
- 9.3. O pagamento será realizado no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela, após a atestação e verificação do cumprimento das obrigações da CONTRATADA.
- **9.4.** Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação do serviço com a entrega do objeto contratado, devidamente atestado pelo gestor do contrato.



Rua Elza da Silva Duarte, n°48, loja 1A - Bairro Manejo Resende/RJ - CEP 27520-005

Tel: (24) 3355-8389

9.5. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa

da CONTRATADA, o prazo anteriormente indicado ficará suspenso,

prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva representação.

9.6. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não

decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência

de atualização financeira pelo IPCA e juros moratórios de 0,5% ao mês,

calculado pro rata die.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO:

10.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Artigo 65 da

Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e pela Resolução INEA nº

160/2018, Resolução ANA nº 122/2019, Portaria IGAM nº 60/2019, mediante a

celebração de termo aditivo.

10.1.1 A **CONTRATADA** ficará obrigada a aceitar, nas mesmas

condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se

fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento)

do valor inicial atualizado da contratação.

10.1.2. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os

contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por

cento).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO:

11.1. O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da

CONTRATANTE, pela inexecução total ou parcial das obrigações

assumidas ou das demais cláusulas e condições contratuais, nos termos

dos Artigos 77 e 80 da Lei Federal nº 8.666/93 e pela Resolução INEA nº

160/2018, Resolução ANA nº 122/2019, Portaria IGAM nº 60/2019, sem que

caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

Contrato nº XXX/20XX/AGEVAP. Elaborado por: XXXXXXXXX.

Revisão 01 – CSG F-0200



Rua Elza da Silva Duarte, n°48, loja 1A - Bairro Manejo Resende/RJ - CEP 27520-005

Tel: (24) 3355-8389

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos

do Processo Administrativo, assegurado à CONTRATADA o direito ao

contraditório e a prévia e ampla defesa.

11.3. Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis,

a **CONTRATANTE** poderá:

a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar

as importâncias por ela recebidas indevidamente;

b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o

saldo reajustado do objeto contratual não executado; e

c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E

DEMAIS PENALIDADES

12.1. A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora

na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará

a contratada, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber,

às seguintes penalidades, que deverão ser graduadas de acordo com a

gravidade da infração:

12.1.1. advertência;

12.1.2. multa administrativa:

12.1.3. suspensão temporária da participação em licitação e impedimento

de contratar com a AGEVAP;

12.1.4. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a

AGEVAP.

12.2. A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e

a gravidade da falta cometida.



Rua Elza da Silva Duarte, n°48, loja 1A - Bairro Manejo Resende/RJ - CEP 27520-005

Tel: (24) 3355-8389

12.3. Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser consideradas para a sua fixação.

- **12.4.** A imposição das penalidades é de competência exclusiva do Diretor Presidente da AGEVAP.
- **12.5.** A multa administrativa, prevista no item 12.1.2:
 - **12.5.1.** corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
 - **12.5.2.** poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
 - **12.5.3.** não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
 - **12.5.4.** deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;
 - **12.5.5.** nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato.
- **12.6.** A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a AGEVAP, prevista no item 12.1.3:
 - **12.6.1.** não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
 - **12.6.2.** sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.
- **12.7.** A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a AGEVAP, prevista no item 12.1.4, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a os prejuízos causados.



Rua Elza da Silva Duarte, n°48, loja 1A - Bairro Manejo Resende/RJ - CEP 27520-005

Tel: (24) 3355-8389

12.8. A reabilitação referida no item anterior poderá ser requerida após 2 (dois)

anos de sua aplicação.

12.9. O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará

a contratada à multa de mora de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia

útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato ou

do saldo não atendido, respeitado o limite do Art. 412 do Código Civil, sem

prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pela

CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

12.10. A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa

do contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

12.11. A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do

interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos

legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a

penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for

o caso.

12.12. Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

12.13. A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias

úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nos itens 12.1.1. a

12.1.3., e no prazo de 10 (dez) dias úteis, no caso do item 12.1.4.

12.14. Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela

autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com

a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO RECURSO AO JUDICIÁRIO:

13.1. As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à

CONTRATADA, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução

do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia eventualmente

prestada ou aos créditos que a contratada tenha em face da



Rua Elza da Silva Duarte, n°48, loja 1A - Bairro Manejo Resende/RJ - CEP 27520-005

Tel: (24) 3355-8389

CONTRATANTE, que não comportarem cobrança amigável, serão

cobrados judicialmente

13.2. Caso a CONTRATANTE tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a contratada ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da ação, dos juros de mora de 1 % (um por cento) ao mês, despesas

(vinte por cento) sobre o valor em litígio

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA:

14.1. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no

todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento da

de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20%

CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, devidamente

motivado.

14.2. O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do

cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos

no instrumento convocatório e legislação específica.

14.3. Mediante despacho específico e devidamente motivado, poderá a

CONTRATANTE consentir na cessão do contrato, desde que esta

convenha ao interesse público e o cessionário atenda às exigências

previstas no edital da licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO:

15.1. Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância

obrigatória por parte da CONTRATADA, a impossibilidade, perante a

CONTRATANTE, de opor, administrativamente, exceção de

inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

15.2. É vedada a suspensão do contrato a que se refere o Art. 78, XIV, da Lei

Federal nº 8.666/93, pela Resolução INEA nº 160/2018, Resolução ANA nº



Rua Elza da Silva Duarte, n°48, loja 1A - Bairro Manejo Resende/RJ - CEP 27520-005

Tel: (24) 3355-8389

122/2019, Portaria IGAM nº 60/2019, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS:

16.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na pela Resolução INEA nº 160/2018, Resolução ANA nº 122/2019, Portaria IGAM nº 60/2019, e subsidiariamente, na Lei Federal nº 10.520/02, na Lei nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor, na Lei Complementar nº 123/06, e na Lei Federal nº 8.666/93, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas, que fazem parte integrante deste contrato, independentemente de suas transcrições.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO:

17.1. Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, até o quinto dia útil do mês subsequente a sua assinatura, correndo os encargos por conta da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO DE ELEIÇÃO:

- **18.1.** Fica eleito o Foro da Cidade de Resende, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 18.2. E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.



Rua Elza da Silva Duarte, n°48, loja 1A - Bairro Manejo Resende/RJ - CEP 27520-005

Tel: (24) 3355-8389

Resende/RJ, XX de xxxxxxxxxxxxx de 201x.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXX

Diretor-Presidente
AGEVAP

Diretor Administrativo-Financeira
AGEVAP

| Ž | XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX | |
|--------------|--|--|
| TESTEMUNHAS: | | |
| | | |
| NOME: | NOME: | |
| CPF: | CPF: | |
| RG: | RG: | |